



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 0330463-2

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000525-74.2014.8.17.1090

COMARCA	: Paulista – 1ª Vara Criminal
IMPETRANTE	: Marcone José de Barros Neto
PACIENTE	: Alexsandro Silva do Espírito Santo
PROCURADORA	: Drª Sueli Gonçalves de Almeida
RELATOR	: Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº	: Des. Fausto de Castro Campos

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. EXCESSO DE PRAZO. TRAMITAÇÃO REGULAR DO PROCESSO. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA DATA QUE SE AVIZINHA. DEMORA INJUSTIFICADA. INEXISTÊNCIA. FLAGRANTE. HOMOLOGAÇÃO. CONVERSÃO EM PRISÃO PREVENTIVA. A ELEVADA QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA DEMONSTRA A GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. ELEVADA PERICULOSIDADE DA AGENTE. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Inexiste coação ilegal decorrente de excesso de prazo quando eventual atraso não é atribuído a atos praticados pelo juiz sumariante ou pelo Promotor de Justiça, mas da necessidade de observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, máxime considerando-se o fato de haver sido designada data que se aproxima para a realização da audiência de instrução e julgamento, circunstância que afasta, ao menos até o presente momento processual, a alegação de coação ilegal aventada na inicial.

II – Mostra-se idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base na quantidade de droga apreendida (600 gramas de maconha), demonstrando a periculosidade do acusado. Precedentes do STF e do STJ.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

III - A primariedade, os bons antecedentes e a profissão definida, por si só, não ilidem a necessidade da custódia cautelar, quando restar devidamente demonstrada, *in concreto*, a sua necessidade, nos termos do art.312, do C.P.P. Precedentes do S.T.J. e do T.J.P.E. (Súmula nº 86)

IV - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0330463-2** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife - PE, 13 de maio de 2014.

Des. Fausto de Castro Campos
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: **0330463-2**
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **0000525-74.2014.8.17.1090**
COMARCA : Paulista – 1ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Marccone José de Barros Neto
PACIENTE : Alexsandro Silva do Espírito Santo
PROCURADORA : Drª Sueli Gonçalves de Almeida
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº : Des. Fausto de Castro Campos

RELATÓRIO

O bel. **Marccone José de Barros Neto** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **ALEXSANDRO SILVA DO ESPÍRITO SANTOS**, alegando que a paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face do indeferimento do pedido de liberdade provisória requerido no âmbito do processo-crime nº **0000525-74.2014.8.17.1090** a que responde perante o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista, neste Estado, como incurso nas sanções do art.33¹, ambos da Lei nº 11.343/06.

Em suas razões, o impetrante alega que, embora o paciente faça jus responder o processo em liberdade por ser primário e de bons antecedentes bem como possuir residência fixa e ocupação lícita, o mesmo permanece segregado desde **22/01/2014**, em virtude de prisão em flagrante delito, sem que, até a data da presente impetração, tenha lhe sido concedido o direito de responder ao processo em liberdade.

A impetração não veio acompanhada de documento.

Às fls.10/11, o eminente Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, relator originário do feito, indeferiu o provimento liminar vindicado e solicitou informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.19/20.

¹ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr^a. Sueli Gonçalves de Almeida, através do parecer de fls.34/35, opinou pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife - PE,

13 de Maio de 2014

Des. Fausto de Castro Campos
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 0330463-2

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000525-74.2014.8.17.1090

COMARCA : Paulista – 1ª Vara Criminal

IMPETRANTE : Marcone José de Barros Neto

PACIENTE : Alexsandro Silva do Espírito Santo

PROCURADORA : Drª Sueli Gonçalves de Almeida

RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

RELATOR SUBSTº : Des. Fausto de Castro Campos

VOTO

A presente impetração se insurge contra o fato de o paciente se encontrar na prisão desde **22/01/2014**, bem como o indeferimento do pedido de liberdade provisória, aduzindo que o acusado detém os requisitos necessários à concessão da referida benesse.

1. Quanto à alegação de excesso de prazo, razão não assiste ao impetrante:

Destaco das informações prestadas pela autoridade coatora, o seguinte excerto (fls.19/20):

***"(...) O paciente foi preso em flagrante delito em 22.01.2014 e denunciado em 22/02/2014, por ter supostamente praticado a conduta tipificada no art.33 da Lei 11.343/06, conforme cópia da denúncia que ora se faz anexar. O paciente teve sua prisão em flagrante convertida em preventiva em 22/01/2014, nos termos da decisão de fls.49/52. Citado, o paciente apresentou sua resposta à acusação (fls.77/79). Dando prosseguimento ao feito, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/07/2014 (fls.82)(...)."* (negritei)**

Cumpre assinalar, por pertinente, que os prazos para a formação da culpa não são peremptórios, podendo ser dilatados, desde que não extrapolados os limites da razoabilidade, o que, a meu ver, é o caso dos autos.

Demais disso, conforme recentes entendimentos do Superior Tribunal de Justiça, o encerramento da instrução criminal não resulta da simples soma aritmética dos prazos previstos em lei, nos termos do excerto, *verbis*:

gcf



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

"(...) Quanto ao excesso de prazo na instrução criminal, segundo pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a constatação não decorre de soma aritmética de prazos legais. (...) 7. Recurso a que se nega provimento." (RHC 25.323/CE, Relator Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, julgado em 02/06/2009 e publicado no DJ de 03/08/2009) (destaquei)

No mesmo sentido:

"(...) A concessão de Habeas Corpus em razão da configuração de excesso de prazo é medida de todo excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação (A) seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação; (B) resulte da inércia do próprio aparato judicial, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º., LXXVIII da Constituição Federal; ou (C) implique em ofensa ao princípio da razoabilidade (...) Ordem denegada." (HC 98.612/SP, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, julgado em 24/11/2008 e publicado no DJ de 19/12/2008). (grifei)

In casu, observo que o processo vem tramitando regularmente, com a observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, de tal modo que não venha a ser alegada, no futuro, qualquer nulidade processual, não se verificando tenha o seu prazo de duração extrapolado os limites da razoabilidade.

Bem de ver que, ainda que fosse de se reconhecer a existência de eventual demora no andamento do processo, o que entendo não ser a hipótese dos autos, a diligente Magistrada da instância primária, por ocasião da apresentação da defesa prévia, de logo, designou data que se avizinha (**18/07/2014**), para ter lugar à realização da audiência de instrução e julgamento, o que afasta, ao menos até o presente momento processual, a alegação de constrangimento ilegal por excesso prazal.

2. De igual modo, a impetração não merece acolhida no referente à alegação de que o paciente faz jus à liberdade provisória:

Conforme se extrai do informativo judicial de fls.19/20, o MM. Juíza processante, Dr^a. Blanche Maymone Pontes Matos, mediante decisão exarada em **25/02/2013**, que converteu a prisão em flagrante em preventiva.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

Destaco do referido *decisum*, a propósito, os fundamentos que lhe dão suporte, *in litteris* (fls.26/29):

"(...) A prova da materialidade e indícios de autoria (fumus commissi delicti) emergem dos autos, no presente momento, pelos depoimentos testemunhais colhidos no autos de prisão em flagrante. O crime em tela é doloso, punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos, presente, assim, de forma alternativa, um dos requisitos específicos dispostos no art.313 do Código de Processo Penal, o constante no inciso I daquele dispositivo legal. O periculum libertatis, no meu entender, também resta patente. A conduta criminosa supostamente cometida pelo investigado concretamente obstaculiza a garantia da ordem pública e está levando à ruína de milhares de jovens e suas famílias, sendo do do conhecimento geral da sociedade o esforço das instituições públicas para dar um freio em tal situação (...) não se concederá a liberdade provisória ao agente, em se tratando de tráfico ilícito de entorpecentes, quando, no caso concreto, verificar o juiz a presença dos requisitos para a custódia cautelar. Afasto, também, na hipóteses, como já dito acima, a possibilidade de aplicação de quaisquer das medidas cautelares dispostas no art.319 do CPP, por entendê-las inadequadas à gravidade do suposto crime, às circunstâncias do fato e, também da ausência, até o presente momento, de elementos para aferir as condições pessoais do investigado (bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita), nos termos do art.282, II, do CPP. (...) Destarte, pelos motivos acima expostos, **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA do investigado **Alexandro Silva do Espírito Santos**, nos termos do art.310, II, do CPP (...)."(sublinhei)**

Observa-se que, embora sucinto, o decreto preventivo indica a presença de elementos reais de convicção, ao mencionar a gravidade concreta do crime, destacando o efeito disruptivo e desagregador do tráfico de drogas, que atua como agente fomentador de toda uma cadeia de crimes, circunstância que, por si só, justifica o acautelamento preventivo do acusado, ante a sua elevada periculosidade, porquanto é sabido que, quem participa da narcotraficância, faz do crime o seu *modus vivendi*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

Com efeito, o comércio ilícito de droga é um dos grandes desafios do Estado, sendo o seu combate extremamente difícil. Como cediço, esse tipo de delito acaba por fomentar outros crimes, como homicídios (chacinas, grupos de extermínio, execuções sumárias), roubos (para o sustento do vício e paga aos traficantes) e prostituição de jovens igualmente para o financiamento do vício.

Impende salientar, por pertinente, que a periculosidade do agente está evidenciada na hipótese vertente, em face da apreensão de grande quantidade de droga na residência do paciente (**111 invólucros contendo o total de 600 gramas de maconha**), conforme se verifica do documento que acompanha às informações do Juízo (fls.22).

Destarte, se as circunstâncias concretas da prática do crime indicam a efetiva periculosidade do agente e o evidente risco de reiteração criminosa, como se verifica na hipótese vertente, resta devidamente autorizada a decretação da custódia cautelar.

Corroborando esse entendimento, trago à colação julgado oriundo do Supremo Tribunal Federal, assim ementado:

"(...) Não traduz manifesta arbitrariedade a decretação de prisão cautelar de acusado com quem foi apreendida expressiva quantidade de drogas, a revelar profundo envolvimento na atividade de tráfico de drogas, com risco de reiteração delitiva e à ordem pública." (HC 109111, 1.^a Turma, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão, Ministra ROSA WEBER, DJe 06/03/2013.)

Caminhando na mesma trilha, o Superior Tribunal de Justiça, assim decidiu:

*"(...) Não há constrangimento ilegal quando verificado que as instâncias ordinárias apontaram fundamentos concretos que efetivamente evidenciam a necessidade de manutenção da custódia cautelar do recorrente para a garantia da ordem pública, haja vista a **gravidade concreta dos delitos em tese cometidos, bem evidenciada pela natureza e pela quantidade de drogas apreendidas (51 pedras de crack)** (...) Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 38.786/SE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 11/10/2013)*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

Verifica-se, dessa forma, que a decretação da constrição preventiva não se ressentir de fundamentação, mas está respaldada em justificativas idôneas e suficientes.

Desse modo, presente elementos concretos aptos a indicar a periculosidade da acusada ao meio social, é de rigor a manutenção da custódia cautelar, fato que, por si só, constitui óbice à concessão da liberdade provisória, ex vi do disposto no parágrafo único³, do art.310, do CPP.

Cumprir esclarecer, por outro lado, que as condições pessoais favoráveis, ora referidas, não têm o condão de, por si só, garantirem ao paciente a revogação da medida constritiva se há, nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Aliás, a construção jurisprudencial não discrepa de tal entendimento. Vejamos:

"Condições pessoais favoráveis do agente não inviabilizam a prisão preventiva, se a manutenção da custódia encontra respaldo em outros elementos dos autos. Recurso parcialmente conhecido e desprovido." (RHC 20.092/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 26.09.2006, DJ 23.10.2006 p. 328)

Sobre esse tema, esta Corte de Justiça já consolidou entendimento, no sentido de que:

"Súmula 86/ TJPE - As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si só, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva."

Bem de ver, a propósito, o impetrante não demonstrou ser o paciente detentor de condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória, visto que a inicial não veio acompanhada de qualquer documento.

É como voto.

Recife – PE, 13 de Maio de 2014

Des. Fausto de Castro Campos - Relator Substituto

³ Art. 310. Quando o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato, nas condições do art. 19, I, II e III, do Código Penal, poderá, depois de ouvir o Ministério Público, conceder ao réu liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogação.

Parágrafo único. Igual procedimento será adotado quando o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, a inoccorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a prisão preventiva (arts. 311 e 312). Incluído pela Lei nº 6.416, de 24.5.1977